

Iensen garante: quem assinou, vota

Deputado assegura a Sarney 320 votos em favor dos cinco anos

DE J. ALCANTARA

O deputado Matheus Iensen (PMDB/PR) disse ontem ao presidente José Sarney que a sua emenda propondo mandato de cinco anos será aprovada pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte por 320 votos. Ele admitiu que só colheu pessoalmente 230 assinaturas, mas ressaltou ter instruído sua equipe para colher autógrafos apenas dos parlamentares comprometidos com a proposição.

O deputado Iensen afirmou que não existe o menor perigo de sua emenda ser rejeitada, e garantiu que muitos parlamentares não assinaram o documento, mas prometeram votar a favor. A emenda ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização foi apresentada com 317 assinaturas. São necessárias apenas 200 votos para a aprovação.

O presidente Sarney, segundo Iensen, não fez nenhum comentário sobre suas colocações, e lembrou que deixou a decisão sobre o seu mandato para a Constituinte. Sarney apenas agradeceu ao deputado pela confiança. Depois que a Comissão de Sistematização fixou seu mandato em quatro anos, o Presidente prometeu não mais se pronunciar sobre o assunto.

O deputado paraense estava acompanhado dos deputados Carlos Sant'Anna, líder do Governo e da maioria na Câmara, Milton Reis, secretário-geral do PMDB, e Alexandre Puzyrna (PMDB/SC), e do senador Edison Lobão (PFL/MA) — co-autor da emenda.

O senador acredita que a emenda vai ser aprovada por que a decisão de fixar um mandato de cinco anos foi dos governadores, que receberam o aval do depu-

tado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, partidos que formavam a Aliança Democrática, extinta no ano passado.

Para o senador, com um mandato de cinco anos, o presidente Sarney "terá novas fronteiras para sua ação administrativa". Ele acredita que "o projeto do Centro foi uma aplicação da sociedade brasileira que deseja corrigir os excessos feitos pela Comissão de Sistematização".

O parlamentar maranhense não acha que a aprovação dos cinco anos resulte na rejeição da nova Constituição, argumentando que o presidente Sarney foi eleito para um período de seis anos, e, por outro lado, os futuros presidentes da República terão um mandato de cinco anos.

Levantamento aponta vantagem

O Governo está tranquilo com a vitória do mandato de cinco anos por uma margem entre vinte e trinta votos, conforme levantamento procedido em todos os estados do País, do Acre ao Rio Grande do Sul, bem como pelos compromissos assumidos individualmente por mais de 300 constituintes, além da maioria dos governadores.

Como já se mostra tranquilo em relação à conquista do mandato de cinco anos, Sarney estimula negociações entre políticos de vários partidos em favor da manutenção do regime presidencialista, mas admitindo maior participação do Congresso no centro de decisões, conforme proposta que enviou a alguns políticos de sua intimidade.

LEVANTAMENTO

De acordo com um desses políticos, o Governo está tranquilo com o apoio da maioria esmagadora dos governadores. Se conta com a oposição ostensiva de Waldir Pires, da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco, o Palácio do Planalto acha-se em condições de neutralizar o governador fluminense Moreira Franco, que não inclui na bancada federal do Rio de

Janeiro e conta com certa equidistância do governador de São Paulo, Orestes Quércia — obviamente mais interessado na eleição em 88.

Segundo um político que acompanha esse levantamento nacional, a situação estado por estado, dentro do PMDB, a respeito do mandato de cinco anos, é a seguinte:

Acre, fechado no apoio; Pará, também; Maranhão, todos estão nos cinco anos, com exceção dos deputados Haroldo Sabóia e José Carlos Sabóia; Amazonas, só o deputado Bernardo Cabral vota nos 4 anos; Piauí, toda a bancada fechada (três deputados); Ceará, toda a bancada fechada, com exceção do deputado Paes de Andrade, que ainda não se definiu; Rio Grande do Norte, fechado no apoio aos cinco anos; Paraíba, toda bancada, com exceção do deputado Antonio Mariz; Pernambuco, em face da posição de Arraes, só votam pelos cinco anos três deputados: Nilson Gibson, Luis Freyre e José Carlos Vasconcelos; em Alagoas, a situação é considerada desfavorável; em Sergipe, todos votam pelos cinco anos; na Bahia, só três:

Carlos Sant'Anna, Prisco Viana (que saíra do Ministério por algumas horas) e Jorge Viana; Espírito Santo, situação considerada equilibrada; Minas Gerais, só 10 deverão ficar nos quatro anos, porque o Planalto confia na ação do governador do Estado, que considera essa votação um teste de seu prestígio; São Paulo, o Governo só espera conseguir 30 por cento dos votos, ajudado pela posição equidistante de Quércia; no Paraná, apesar da posição do senador José Richa, o Governo espera conseguir 70 por cento dos votos da bancada, graças ao empenho do governador Alvaro Dias; em Santa Catarina a situação é tranquila e no Rio Grande do Sul, complicada (o Governo ainda espera trabalhar mais a bancada gaúcha do PMDB, uma vez que o governador Pedro Simon não é antipático ao mandato de cinco anos); em Mato Grosso do Sul, os senadores Saldanha Derzy e Wilson Martins e mais cinco dos oito deputados federais estão com os cinco anos; em Mato Grosso, o governador Carlos Bezerra é hostil, mas o Planalto espera cinco votos dos oito deputados federais do PMDB e PFL.

Prefeitos dão apoio aos 5 anos

Os 59 prefeitos da região Alta Mogiana, situada no nordeste paulista, foram ontem ao Palácio do Planalto, levados pelo deputado João Cunha (PMDB-SP), hipotecar apoio ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Em troca, o prefeito Antonio Assad Daher, de Colina, que falou em nome da "caravana da esperança", pediu uma reforma tributária imediata e maior autonomia para os municípios.

O presidente Sarney nada prometeu, mas agradeceu a acolhida dos prefeitos e de alguns vereadores fazendo um longo discurso e citando a região paulista. Sarney falou mais sobre os problemas do País, lembrando que no ano passado foi alcançado um saldo comercial superior a 10 bilhões de dólares, perdendo apenas para o Japão e a Alemanha. Ele disse que já se foi conseguido graças à

estrutura poderosa do Brasil, que não depende mais de outras nações para caminhar sobre seus próprios pés.

Sarney comentou os problemas que tem enfrentado e disse que 1987 "foi um ano de tentar colocar as águas revoltas dentro do leito", lembrando que pagou caro por sua ousadia de adotar o Plano Cruzado, mas tinha a certeza de "que minha cabeça estaria à prova dos resultados que nós teríamos", sustentou. Ele criticou os trabalhadores que estão fazendo reivindicações "impossíveis", assim como os especuladores que foram responsáveis pelo fracasso do programa econômico.

Após um curto balanço dos três anos de seu governo, o presidente Sarney disse que sua administração registrou as melhores índices da década de 80, com um crescimento de 21,7 por cento, o terceiro maior saldo comercial do mundo e

uma queda de cinco por cento no desemprego.

O Presidente relacionou outras medidas como a correção mensal dos salários e as eleições realizadas durante o seu período de governo para reforçar a tese de que a sua gestão foi a melhor da década.

Antes de Sarney, o vereador Dácio Campos, presidente da Câmara de Ribeirão Preto, reivindicou menores taxas de juros, e um tratamento diferenciado para as micros e pequenas empresas, e também a alteração do horário de funcionamento dos bancos, porque vem prejudicando o andamento da economia regional.

Já o deputado João Cunha fez um longo discurso criticando o sistema econômico. Ele fez pesadas críticas ao ex-presidente da República, Ernesto Geisel, acusando-o de estar interessado no fracasso do Programa Nacional do Alcool (Proalcool).

Luiz Henrique faz a defesa dos 5 anos

Rio — O ministro Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, defendeu ontem, no Rio, um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e seu sucessor, argumentando que os cinco anos são favoráveis ao cronograma da Constituinte, cujos parlamentares terão mais tempo para elaborarem as leis ordinárias e complementares e também de se organizarem para iniciar a campanha da sucessão presidencial.

Para Luiz Henrique, a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) reflete a tendência dentro da Constituinte e muitos parlamentares que deixaram de assinar a emenda, por qualquer motivo, votam pelos cinco anos de mandato, mesmo que não sejam do Centro.

Ele acredita que após a definição do mandato do presidente Sarney, os constituintes, vão se unir em torno dos candidatos dos seus partidos e subir no panteão. O candidato natural do PMDB, na opinião do ministro, é o presidente do partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Governo não escolhe emenda presidencial

O governo não se empenhará especificamente pela aprovação de qualquer das emendas presidencialistas, apresentadas na Constituinte porque, segundo o líder Carlos Sant'Anna, a aprovação de uma delas atenderá o interesse do Palácio do Planalto em manter este regime de governo para o país. O próprio Sant'Anna apresentou sozinho uma emenda com texto conciso, no qual diz que "o regime de governo é presidencialista".

A emenda estabelece ainda que "o presidente da República é o chefe do Estado, do governo e comandante supremo das Forças Armadas, competindo-lhe entre outras a atividade de compor o governo, nomear e demitir, livremente, os ministros do Estado". Sant'Anna acredita que pela simplicidade do texto essa emenda tem possibilidade de permitir um acordo, tanto que se prepara para pedir destaque para ela.

Segundo o líder, o interesse do governo será atendido com qualquer emenda presidencialista, e isso pô-

de ser constatado pela votação em massa do grupo ligado a Carlos Sant'Anna na emenda Vivaldo Barbosa, do PDT, na Comissão de Sistematização. Agora, disse o líder, mais uma vez o governo não terá emenda carro-chefe.

Ela revelou que foi por sugestão sua que os autores de emendas presidencialistas — Theodoro Mendes, Humberto Lucena, Vivaldo Barbosa e Edison Lobão — procuraram um texto comum que permitiu a apresentação como emenda coletiva, com mais de 280 assinaturas. Disse que a partir da próxima semana vai trabalhar para reforçar a tendência presidencialista que identifica no meio constituinte como sendo majoritária.

Para completar sua emenda presidencialista, Sant'Anna apresentou outra que trata das atribuições do presidente da República, mas na verdade limitou-se a transcrever o texto de Theodoro Mendes, que foi apresentado na Sistematização com o apoio do governo.